

Invenção Republicana

Renato Lessa

Renato Lessa é Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (1992) e professor de Teoria Política nesta instituição. Palestra realizada na Escola do Legislativo em 10/12/99.

A minha ideia é propor uma conversa a respeito de alguns argumentos do meu livro *A Invenção Republicana*. O livro, lançado pela primeira vez em 1987, resultou de minha tese de mestrado e buscava discutir alguns significados da implantação da Primeira República no Brasil e de seus efeitos.

Gostaria de partir do seguinte ponto, para adotá-lo como referência: o uso dos procedimentos mais importantes, quando falamos de um fenômeno em termos históricos, é ter alguma noção a respeito de sua datação. É difícil datar a República no Brasil, já não sei que nos conteúdos com o marco episódico da Proclamação, protagonizada pelo Marechal Deodoro, já em avançada idade — até com certas dúvidas sobre o pleno uso de suas faculdades. Isso quer dizer que a datação da República é um pouco fútil. De que República estamos falando? Da Proclamação? Da República consolidada, em princípio, com Floriano? Da República que se rotiniza com Campos Sales? Da República recriada em 1930? Da República desfeita e feita de outra maneira em 1937? Da minha República preferida, que foi a proclamada em 1946? Enfim, são tantas as datações que nos podemos dar até ao luxo de ter a nossa República predileta: no meu caso, é a de 1946, marco que, se trouxermos para a discussão algumas ideias clássicas a respeito de República, ainda que de maneira imperfeita e incompleta, assemelhar-se-ia, mesmo remotamente, com alguma noção republicana — entendendo-se por isso a exigência de um certo pluralismo político, de uma certa incorporação popular ao processo político, por meio do alargamento do eleitorado, do plural-candismo, do federalismo, e, enfim, de alguma diversidade política reconhecida no corpo das instituições. Tudo isso tivemos pela primeira vez com a Constituição de 1946.

No entanto, o fato de termos uma história política tão descontínua, sobretudo depois de 1889, faz com que esses períodos que, quase por força do hábito, designamos como republicanos sejam percebidos por nós, na contemporaneidade, como muito remotos. Só para exemplificar, do ponto de vista do ano 2000, a República Velha às vezes dá a impressão de estar mais próxima de Tomé de Souza e Mem de Sá do que de tempos mais recentes do processo político brasileiro. Temos, pois, uma relação muito frívola, muito pouco séria, com o passado. O passado é uma situação pela qual o País passou, e o que aconteceu então não parece ser essencial ou relevante para entendermos as etapas subsequentes das transformações que aqui ocorreram. Por exemplo, apenas recentemente essa história colonial começou a ser revivida por uma investigação histórica mais interessante. Se nos lembrarmos de alguns textos magistrais, como *Instituições Políticas Brasileiras*, de Oliveira Vianna, em que o autor fala do "salarismo" da sociedade colonial brasileira, veremos como é impressionante a quantidade de pistas e indicações interessantes para pensarmos a dinâmica social brasileira contemporânea. Podemos, assim, fazê-lo a partir das indicações de Oliveira Vianna — que é apenas um exemplo — a respeito da sociedade colonial brasileira. No entanto, o tratamento que conferimos ao tempo histórico brasileiro é muito segmentado. Os intelectuais da academia americana, e mesmo o público um pouco mais ilustrado, em qualquer conversa a respeito do destino político dos Estados Unidos no final do século XX, por exemplo, podem fazer uma alusão aos *Founding Fathers*: o que eles estavam querendo, quando fizeram a convenção da Filadélfia, o que queriam quando diziam que os artigos da confederação eram insuficientes. Essa referência é muito comum no vocabulário político americano, e não só no dos intelectuais e analistas profissionais. No vocabulário político americano corrente, ela é possível; não é estranha. Agora, imagine, no Brasil, em um debate público, não especializado, não acadêmico, sobre as perspectivas das eleições presidenciais de 2002, alguém fazer uma referência a Duogo António Fregio, alguém falar de Tomás António Gonzaga ou se referir a Afonso de Albuquerque. Isso seria uma arqueologia, e não faria muito sentido, porque esses sedimentos foram depositados quase arqueologicamente, e apenas escavadores bizarros, como eu e alguns colegas, deram-se ao trabalho de tentar entender esses fatos.

Curiosamente, porém, esses acontecimentos têm algum diálogo com a contemporaneidade. É importante que não se caia no anacronismo contrário: supor que tudo o que aconteceu possa ser reconhecido no tempo contemporâneo. Com frequência, tentamos compensar o esquecimento do passado com a suposição de que tudo o que já aconteceu esteja acontecendo no presente, e que o presente não é senão uma mera reedição de tudo o que aconteceu. Temos, pois, de ter uma atitude equilibrada, encontrando correspondências, antecipações, superações — tudo isso pode conviver. O passado nunca é superado em bloco. É recuperado, esquecido, aproveitado, renovado. Só um paciente trabalho de investigação pode estabelecer corretamente o quanto o passado é relevante para entendermos o mundo contemporâneo.

No entanto, o objetivo do meu livro não é o de investigar a Primeira República para entender o Brasil contemporâneo. Meu propósito foi de chamar a atenção para a existência de um período na história política brasileira recente — curiosamente, o período de maior estabilidade política que o País conheceu, a partir da Proclamação da República. A República foi proclamada em 1889, e, até 1899, como sabemos, a possibilidade de sobrevivência do regime era muito incerta. Ninguém podia dizer que a República estava consolidada em 1895 ou 1896. Havia muitas dúvidas: não se sabia de que República se estava falando. Depois disso, entre 1898 e 1902, com o Governo do Presidente Campos Sales, quarto Presidente da República, na linha que começa com Deodoro, e segundo Presidente civil da República, algumas rotinas institucionais e políticas, sobretudo rotinas informais — que não são constitucionais —, foram inventadas e duraram no País até 1930. A fórmula política que viabiliza a República tem trinta e dois anos de duração. Nenhuma outra fórmula política durou tanto na história republicana. Não se pode dizer que a Revolução de 30 tenha implantado um modelo político claro até a entrada em vigor da Constituição de 1934. Tudo era também muito confuso. Havia muitas escolhas: o Clube 3 de Outubro propunha algumas medidas; as oligarquias dissidentes queriam outras... Enfim, havia muita confusão. Em 1934, quando parecia que o País iria entrar numa ordem legal diferente, o Presidente da República, ao assinar a Constituição, declarou, em seu discurso, que assim que tivesse oportunidade, iria alterá-la. Getúlio Vargas tinha muitos defeitos, mas não era mentiroso — três anos depois, com o golpe do Estado Novo, cumpriu sua promessa, e o País entrou em outra fase, que se estendeu até 1945, ou seja, por oito anos. O regime de 1946 perdeu até 1964. Foram, portanto, deztoito anos. O regime de 1964, embora tenha durado demais, durou menos do que a República Velha. Se colocarmos a datação em 1985, no começo da campanha das "Diretas Já" e na virada do Governo, com a eleição de Tancred, serão vinte e um anos. Com a nova Constituição, a emergência de 1988 — que gosto de chamar de República de 1988 —, com a ordem política que deu lugar de todas as tentativas de alterá-la, sobretudo com essa febre obsessiva de reformas constitucionais, até prova em contrário, segue viva, com onze anos de idade. Portanto, quando falamos em República Velha, não estamos falando de algo tão remoto. Podemos estar falando de alguma coisa remota no sentido do tempo newtoniano, linear, mas se trata da fórmula política mais duradoura da história republicana brasileira. Mais do que a República Velha, só durou o 2º Reinado, mesmo assim, depois da Maioridade, no período de 1840 a 1889 — os quarenta e nove anos do governo pessoal de D. Pedro II.

O que me moveu a refletir sobre isso foi, em primeiro lugar, essa constatação: nenhuma fórmula política tão duradoura assim passa impune. Isso tem de ter relevância para estruturar politicamente o País. Vale a pena investigar.

Outro fato que me motivou nessa pesquisa, é que acho importante tentar trazer para discussão, o tratamento acadêmico dado à República Velha, que é extremamente acanhado. Hoje, conhecemos mais o Império, a monarquia, do que a República Velha. Poderíamos ficar aqui por muito tempo, fazendo referência a livros excelentes que trataram da monarquia, sobretudo do 2º Reinado, a começar com a mãe-mãe da historiografia brasileira sobre esse período — o magnífico volume de Sérgio Buarque de Holanda, na *História Geral da Civilização Brasileira*, devotado à obra política do 2º Reinado. Se, posteriormente, eu estudasse a história política, eu teria que estudar a obra de Oliveira Vianna, que, na verdade, dá a datação e a periodização dele, posteriormente, os historiadores usaram para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam. Houve, portanto, um esforço da historiografia brasileira para tentar compreender o que foi o Brasil depois de 30. Muitas vezes seguindo uma linha muito pesada, muito sociologizante, mas houve uma tentativa de entender o Brasil. O saudoso Prof. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, em sua magnífica tese de doutorado, tão pequena, simples e genial — um livro pequeno, mas grande do ponto de vista da capacidade de esclarecimento — explica o que foi o sistema partidário brasileiro no período de 1946 a 1964. Hoje sabemos como foi aquele sistema, graças a trabalhos como o de Olavo Brasil.

No entanto, o que aconteceu entre 1889 e 1930? A suposição é muito acanhada. Vou correr o risco da caricatura, e, se eu estiver exagerando, podem cobrar-me, e veremos melhor o assunto, mas o que há são apenas suposições. Primeiro, há a ideia de que o Império estava desgastado, ou seja, o capitalismo, que estava chegando ou já havia chegado, exigiu de alguma maneira que o Império fosse superado. Portanto, se é de natureza do Império ser negado pelo capitalismo, parece ter sido da natureza do capitalismo exigir a República no Brasil. Assim, o tresloucado gesto de Deodoro da Fonseca — que, segundo a crônica da época, nem sequer sabia que estava dependo o Imperador, dando a sua primeira ministério ao Visconde de Ouro Preto, que dificilmente teria a credibilidade suficiente para analisar o Império. É um livro magnífico, um ensaio genial e muito interessante, que conta a história do Império. Há também Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, José Murilo de Carvalho, que não podemos deixar de mencionar, e vários outros autores que tratam desse período. Quero citar um livro mais recente, mas luminoso, que todos devem ter visto ou dele ter ouvido falar, o do Prof. Lilla Schwarz, de São Paulo: *As Barbas do Imperador*. Há, portanto, um enorme conjunto de textos que escavaram por diversos caminhos, por diversas portas, o significado da ordem imperial, as características da sociedade brasileira durante a monarquia, a ordem política que imperava, a feição dos partidos, o funcionamento do governo e do sistema político, o modo como era feito o gasto público, o papel do Conselho de Estado. Assim, é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira no Império.

Também é razoavelmente conhecida a sociedade brasileira depois de 1930. Há trabalhos clássicos sobre esse período, ainda que possamos questionar os paradigmas que os sustentam